

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E BNCC: UM OLHAR PARA O ENSINO MÉDIO

LINGUISTIC VARIATION AND BNCC: A LOOK AT HIGH SCHOOL

Bruna Lorryayne Dias Menezes¹

Universidade Federal do Tocantins

Dalve Oliveira Batista-Santos²

Universidade Federal do Tocantins

Greize Alves da Silva³

Universidade Federal do Tocantins

Resumo: A variação linguística é um processo intrínseco às línguas naturais; isso ocorre porque a língua é heterogênea e está ligada a diferentes fatores, tais como a idade, o sexo, a situação socioeconômica dos falantes, dentre outros que influenciam sobremaneira nos usos linguísticos dentro de uma região, estado ou país. Um dos espaços em que mais se evidencia tal diversidade é na escola, pois, nesse contexto, há alunos oriundos de diversas culturas, situações socioeconômicas e de diferentes lugares. Em decorrência dessa diversidade, aliada as muitas realidades do espaço brasileiro, em 1997, o Ministério da Educação lançou o documento denominado Parâmetros Curriculares Nacionais, os PCNs (1997), com o intuito de orientar e estabelecer diretrizes para a educação do Brasil, considerando o contexto plural de nossos alunos. Posteriormente, em 2017, pautado na premissa de que os discentes devem desenvolver um conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens, o Ministério da Educação (MEC) promoveu a realização de um novo documento, esse, por sua vez, nomeado Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2017/2018). Assim, o presente trabalho visa analisar como a variação linguística é abordada e orientada no novo guia educacional (BNCC), dentro das séries do Ensino Médio, considerando que esse tema tem sido objeto de discussões por parte de educadores brasileiros, principalmente nas últimas décadas. O resultado da reflexão acerca do assunto evidencia que a BNCC considera em sua estrutura a importância de se trabalhar a variação linguística em sala de aula.

Palavras Chaves: Variação Linguística; BNCC; Ensino Médio.

Abstract: Linguistic variation is an intrinsic process in natural languages. Language is heterogeneous and linked to different factors, such as age, gender, social and economic conditions of speakers and others than may greatly affect the linguistic usage within a region or a country. The school is one of spaces which is a hallmark of diversity, since students from different cultures,

¹Graduada em Letras na Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT- Porto Nacional. Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Letras, na Universidade Federal do Tocantins, campus de Porto Nacional. E-mail: lorryayne03@hotmail.com.

²Doutora e mestra em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora da Universidade Federal do Tocantins - UFT. Atua na Graduação em Letras - Língua Portuguesa e no Programa de Mestrado em Letras (PPGLetras), no Câmpus de Porto Nacional. E-mail: dalve@uft.edu.br.

³Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina. Professora do curso de Letras e do Programa de Mestrado em Letras (PPGLetras), da Fundação Universidade Federal do Tocantins, campus de Porto Nacional. E-mail: greize_silva@yahoo.com.br.

social and economic conditions and different places gather. Owing to the above diversity and several other Brazilian situations, the Ministry of Education published the National Curricular Guidelines in 1997. The so-called PCNs aimed at guiding and establishing guidelines for education in Brazil foregrounded on the plural context of students. In 2017, based on the premise that students must develop organic and progressive learning sets, the Ministry of Education (MEC) published a new document called National Common Curricular Bases - BNCC (2017/2018). Current paper analyzes the manner linguistic variation is approached in the new educational guidelines (BNCC) within the High School context. In fact, the theme has been deeply discussed by Brazilian educators during the last few decades. Results show that the BNCC includes in its structure the teaching of linguistic variation in the classroom.

Keywords: Linguistic variation; BNCC; high school.

Submetido em 21 de julho de 2020.

Aprovado em 11 de setembro de 2020.

Introdução

A variação de uma língua é entendida como o conjunto de realizações linguísticas faladas ou escritas entre os usuários dessa mesma língua (HOUAISS, 2009). Esse conjunto é mutável de acordo com elementos que atuam no contexto social do falante, tais como o nível de escolarização, o sexo e a idade. Além dos fatores sociais elencados, consideramos, principalmente, no caso brasileiro, e dadas as dimensões terrestres de nosso país, a região geográfica como fator impulsionador da diversidade linguística.

Esses fenômenos variacionistas descritos podem ser evidenciados nas escolas brasileiras, principalmente nas salas de aula, local em que se encontram alunos oriundos de diversas culturas e situações socioeconômicas, coexistindo em um mesmo espaço interacional.

Mesmo diante da diversidade de falantes em contexto escolar, temos vivenciado, especificamente relação às aulas de Língua Portuguesa (LP), os professores trabalhando com tópicos, principalmente gramática, de maneira descontextualizada (BATISTA-SANTOS; SANTOS, 2019), na qual se prioriza o ensino da gramática normativa e, conseqüentemente, é estabelecida a noção de “certo” e “errado” (no momento de fala e de escrita do aluno), favorecendo um único uso como padrão⁴ da LP. Porém, a imposição de uma língua homogênea, perfeita e pronta se contrapõe ao próprio cenário brasileiro,

⁴ Norma padrão é interpretada como um modelo idealizado de língua, vinculado aos preceitos gramaticais (FARACO, 2008).

caracterizado por sua multivarietalidade linguística, e, como tal, requer um olhar holístico para os problemas que envolvem o processo de ensino-aprendizagem de língua materna.

Dessa maneira, como forma de contrapor essa perspectiva descontextualizada, no Brasil, na década de 1990, foram criados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que, por sua vez, fizeram uso de conceitos da área da Sociolinguística para versar sobre o ensino da língua, tendo como ponto de partida a comunidade de fala⁵ e suas variações. Além dos veios sociolinguísticos, o respectivo documento também pautado em outras áreas em pleno desenvolvimento no Brasil, tal como a Linguística Aplicada (LA), por exemplo.

Nesse sentido, Sociolinguística e LA, mesmo com focos teórico-metodológicos aparentemente díspares, possuem pontos de possíveis diálogos, posto que ambas se debruçam sobre questões de natureza social no contexto linguístico do falante/estudante, considerando a natureza mutável, diversificada e complexa da língua(gem). As referidas áreas adentram a sala de aula para tratarem de problemas que envolvem a linguagem em situações reais de uso.

Assim, de maneira simplória – pois se entende que suas contribuições ultrapassam qualquer forma de descrição – enquanto a Sociolinguística analisa as questões da variação linguística e do preconceito linguístico existente atualmente em muitas escolas, a LA, nesse contexto, com seu caráter multi/pluri/interdisciplinar (MOITA LOPES, 2006), contribui com estratégias teórico-metodológicas na formação do professor de LP para lidar com tais questões. Como ponto de intersecção entre as duas áreas, tem-se uma compreensão de língua como uma prática social e em constante desenvolvimento na sociedade.

É nesse paralelo entre as duas áreas que, anos depois, vislumbra-se na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017/2018) um direcionamento⁶ significativo, às instituições privadas e públicas, sobre o ensino da língua, considerando sua relação intrínseca com os fatores sociais. O foco principal do documento é fornecer para as escolas referenciais obrigatórios para formulação dos currículos e de propostas pedagógicas para os ensinos infantil, fundamental e médio. Além disso, a nova diretriz

⁵ Segundo Labov (1972), “[...] uma comunidade de fala não pode ser concebida como um grupo de falantes que usam todas as mesmas formas; ela é mais bem definida como um grupo que compartilha as mesmas normas a respeito da língua” (2008 [1972], p. 188)”, assim como também fazem juízo de valor, pois “[...] os membros de uma comunidade de fala compartilham um conjunto comum de padrões normativos, mesmo quando encontramos variação altamente estratificada na fala real” (LABOV, 2008 [1972], p. 225).

⁶ No caso específico da presente pesquisa, o ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa.

fundamenta-se na premissa de que é preciso trabalhar com temas contemporâneos, transversais e integradores, já que se comparado com os PCNs, houve em 20 anos intensas mudanças no Brasil como os avanços tecnológicos, a abertura para discussões relacionadas a temas considerados tabus, bem como a aceitação que o país é heterogêneo.

Portanto, é intuito desse artigo analisar e descrever como a BNCC dispõe os dados, os conteúdos e as habilidades dentro da sua proposta a respeito da variação linguística referente às séries do Ensino Médio, uma vez que tal assunto já estava presente nos PCNs desde 1997. É válido acrescentar que esse trabalho se insere no campo da Linguística Aplicada, em uma perspectiva *Indisciplinar* (MOITA LOPES, 2006), bem como no campo da Sociolinguística. A pesquisa é de cunho qualitativo de natureza interpretativista, fazendo uso da estratégia metodológica “pesquisa documental”.

1. A variação Linguística no contexto educacional

O aluno inicia sua fase escolar por volta dos quatro ou cinco anos de idade, perpassando pelo Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e chegando ao Ensino Médio. Nesse percurso acadêmico, ele passa a ter contato com outros alunos e, conseqüentemente, com culturas e conhecimentos distintos. Durante toda essa trajetória, o aluno aprende muitos conteúdos dentro das disciplinas obrigatórias da grade curricular, dentre elas a Língua Portuguesa.

As aulas de LP são ministradas com base em diversos tópicos, entre eles se aborda, por exemplo, o tema da variação linguística. Porém, apesar das mudanças no campo dos estudos linguísticos, o ensino “continua baseado em uma metodologia tradicionalista. Dessa forma, os docentes são direcionados a preparem suas aulas moldados no ensino normativo, caso contrário, não é considerado ensino” (ASSIS; LUQUETTI, 2014, p. 02). Isso ocorre porque, na maioria das vezes, a escola considera a língua como algo homogêneo, pronto e acabado. Além disso, existe na sociedade uma supervalorização da língua escrita (mais monitorada) em relação à língua falada (mais espontânea), pois ainda há o predomínio de noções de que há o “correto” e o “errado” no ato da fala.

Quando se defende uma concepção maniqueísta, isto é, que há o lado bom e ruim no uso de uma língua, corre-se o risco de promover o preconceito linguístico, ou seja, tendemos a julgar uma pessoa ou um grupo social pela sua forma de falar. Dessa forma, Bagno (2004) pontua que existe o preconceito porque se acredita em:

[...] uma única língua portuguesa digna desse nome e seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogada nos dicionários. Qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito linguístico, ‘errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente’, e não é raro a gente ouvir que ‘isso não é português’. (BAGNO, 2004, p. 40).

Além disso, é preciso ponderar que o preconceito linguístico, por vezes, se faz presente nas aulas porque há alunos que são provenientes de classes menos favorecidas, com menos acesso a livros, a internet, dentre outros aspectos, o que “acarreta o fracasso escolar e social, já que esse indivíduo terá dificuldades de se engajar de maneira satisfatória na sociedade” (ASSIS; LUQUETTI, 2014, p. 04).

Nesse cenário, repleto de equívocos, considerar o contexto social dos sujeitos torna-se uma tarefa importante para os docentes, pois esse conhecimento possibilitará a elaboração de estratégias pedagógicas para o efetivo desenvolvimento linguístico deles. Ratificando essa ideia, a Linguística Aplicada defende a importância de se considerar os sujeitos periféricos e os seus diferentes modos de falar, pois é preciso vencer as barreiras existentes, principalmente nas salas de aula. Partindo desse pressuposto, a linguista aplicada Angela Kleiman reconhece a ideia de que o sujeito periférico⁷ também tem voz e conhecimento, com isso,

[...] o resultado será uma construção social e epistêmica que incorpora os saberes, os modos de ser, os valores de nossos povos e que se posiciona criticamente em relação ao poder hegemônico, seja ele baseado em aspectos culturais, epistêmicos, econômicos, raciais, de gênero. (KLEIMAN, 2013, p. 45).

A partir do trabalho publicado em um fórum, os autores Alves, Lima e Sampaio (2012) consideram que toda essa problemática se desenvolve em detrimento do “monolinguismo” que consiste na concepção de que na sociedade há apenas uma língua e “busca-se um ideal de homogeneidade querendo que todos os indivíduos da sociedade falem da mesma maneira, esquecendo-se, portanto, que a língua é heterogênea e não homogênea” (ALVES; LIMA; SAMPAIO, 2012, p. 06). Os autores, ainda, ponderam que nas instituições educacionais há a imposição do monolinguismo, o que significa que durante as aulas, por exemplo, impera apenas a língua padrão, desprezando a multivariada presente no português brasileiro, isto é, as múltiplas manifestações da língua.

⁷ Conforme Kleiman (2013, p. 43), o sujeito periférico corresponde as pessoas presentes em movimentos feministas, étnico/raciais, gays, “dos sem-terra, sem teto, sem-escrita, ou ainda, como no caso dos alfabetizadores e professores, daqueles sem movimentos sociais que os acolhem e fortaleçam).

Desse modo, segundo Geraldi (1996), os professores de Língua Portuguesa devem ensinar a norma padrão sem desprestigiar a língua aprendida no seio familiar do aluno. É preciso reconhecer que há dialetos dentro da língua materna e que não podem ser discriminados. Nesse sentido, para o autor:

Cabe ao professor de língua portuguesa ter presente que as atividades de ensino deveriam oportunizar aos seus alunos o domínio de uma outra forma de falar o dialeto padrão, sem que isso signifique a depreciação da forma de falar predominante em sua família, em seu grupo social, etc. Isso porque é preciso romper o bloqueio de acesso ao poder e a linguagem é um de seus caminhos. (GERALDI, 1996, p. 163).

É primordial, então, que se considerem os preceitos defendidos pela Sociolinguística, ou seja, o contexto sociocultural e econômico desse aluno deve ser levado em conta; os fatores sexo, idade, classe social, localidade são primordiais para não estereotipar o falar desse discente. Logo, como afirma Assis e Luquetti (2014), no processo de ensino-aprendizagem da língua falada é necessário que os alunos aprendam como migrar de uma variante a outra sem grandes problemas. Para tanto, faz-se necessário conscientizar a sociedade de que toda variedade de língua é importante e possui seu lugar. Ademais, concordando com Assis e Luquetti (2014), Melo e Santos (2010) afirmam que é preciso discutir a respeito da variação linguística e o preconceito que a cerca a partir do contexto educacional para o contexto social mais amplo.

Em consonância com os ideais da Sociolinguística, vislumbra-se nos princípios basilares da LA que a

produção das realidades sociais pela prática discursiva está em posição ideal para visibilizar e entender as resistências (ou ainda a reexistências) desses grupos que, a partir da periferia, produzem novos saberes num processo de transformação do global pelo local. (KLEIMAN, 2013, p. 53).

Nos contextos defendidos pela LA e pela Sociolinguística e para orientar as escolas e os professores em relação à elaboração de seus currículos, em 1997 foram criados os PCNs, início de uma possível mudança em relação ao conhecimento e valorização das variedades linguísticas, tão defendidos por ambas as áreas: “com a publicação dos PCNs, observa-se que o dispositivo educacional reconhece que existem falas dialetais que competem com a língua oficial, e que são discriminadas” (ASSIS; LUQUETTI, 2014, p. 03).

Assim como os PCNs, outro documento lançado e previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e também no Plano Nacional de Educação (PNE), como extensão, recentemente e que tem incorporado em suas linhas a discussão sobre a

variação linguística é a BNCC (2017/2018)⁸, cuja criação visou guiar as elaborações dos currículos escolares e propostas pedagógicas para o Ensino Infantil, Fundamental I e II, e Médio; o documento veio para auxiliar os professores em seus planos de aula, inclusive em temas relacionados às variações linguísticas.

Na apresentação da BNCC são discutidos três pontos fundamentais para uma educação de qualidade, sendo eles: igualdade, diversidade e equidade, cujos documentos escolares devem ser formulados seguindo esses pontos. Perante a isso, “nesse processo, a BNCC desempenha papel fundamental, pois explicita as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver e expressa, portanto, a igualdade educacional sobre a qual as singularidades devem ser consideradas e atendidas” (BRASIL, 2017/2018, p. 15).

Além disso, o documento afirma que no Brasil existe desigualdade entre os estudantes imperada por raça, sexo e condição socioeconômica de suas famílias. Por isso a criação da BNCC pode auxiliar as Secretarias de Educação na decisão do que melhor ensinar aos alunos conforme a cultura e o conhecimento linguístico de cada um deles, pois, segundo o documento, isso pode ser possível, através da elaboração do currículo didático-pedagógico, do planejamento anual das instituições e dos eventos cotidianos escolares, vinculados a essa realidade social do estudante. Dito isso, veremos na próxima seção a proposta da BNCC para o ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa.

2. O ensino de Língua Portuguesa na perspectiva da BNCC

De acordo com o texto apresentado no documento, a BNCC é um guia contemporâneo, pois contempla as demandas do estudante do século XXI e o prepara de forma crítica e reflexiva para o futuro. Além disso, segundo o referido documento, sua caracterização configura-se plural, uma vez que é consequência de um profícuo processo de discussão e “negociação com diferentes atores do campo educacional e com a sociedade brasileira e encontra-se organizada em um todo articulado e coerente fundado em direitos de aprendizagem”. (BRASIL, 2017/2018, p. 05).

⁸ “É nesse ambiente que surge a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), também ela produto de consultorias universitárias, de comitês de especialistas, de técnicos competentes. Seguindo o mesmo diapasão: implantação vertical, referência para os sistemas de avaliação. Imposição, enfim” (GERALDI, 2015, p. 384).

A BNCC estabelece dez competências que possibilitam o desenvolvimento integral dos alunos, a saber:

Quadro 01. Competências gerais da educação básica

COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

1. Conhecimento: valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Pensamento científico, crítico e criativo: exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Repertório cultural :valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Comunicação: utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Cultura digital: compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Trabalho e projeto de vida: valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentação: argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Autoconhecimento e autocuidado: conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Empatia e cooperação: exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Responsabilidade e cidadania: agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Fonte: Adaptado de BRASIL, 2017/2018, p. 09-10.

Com essas competências, compreendemos a preocupação da BNCC com uma formação cidadã, alteritária⁹ e emancipadora do sujeito, isto é, com o desenvolvimento de tais competências o sujeito será capaz de utilizar criticamente, respeitando os princípios universais (como por exemplo, a ética e a justiça social), os conhecimentos adquiridos na escola no seu agir diário. Além disso, faz-se necessário que a escola

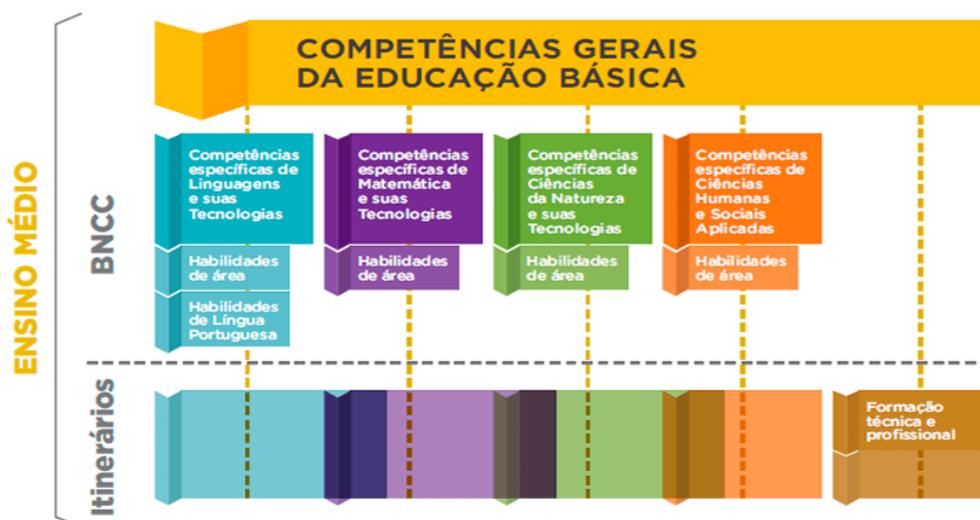
⁹ O princípio da alteridade corresponde aos aspectos que indicam qualidade, estado ou características do outro, do interlocutor. Ainda, a alteridade refere-se à relação do eu e do outro (pensar a partir do lugar do outro).

promova um desenvolvimento que ultrapasse aspectos cognitivos e intelectuais, considerando também os aspectos sociais e culturais.

O documento chegou às escolas, aos livros didáticos e à mesa dos educadores compreendendo a linguagem como instrumento de interação, é tratada pelo guia como algo fundamental no desenvolvimento do aluno do Ensino Infantil até o Ensino Médio. Assim, enfatiza-se que a linguagem é utilizada em qualquer ato de comunicação e envolve diversas formas para tal fim, como: sinais, símbolos, sons, gestos e regras com sinais convencionais, entre outros. Por isso, nesse entendimento, é preciso considerar o conhecimento prévio e ampliar as práticas de linguagem do aluno. Nesse sentido, a BNCC

[...] para atender às necessidades de formação geral indispensáveis ao exercício da cidadania e responder à diversidade de expectativas dos jovens quanto à sua formação, torna-se imprescindível reinterpretar, à luz das diversas realidades do Brasil, as finalidades do Ensino Médio estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Art. 35): I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV – a compreensão dos fundamentos científico- -tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (BRASIL, 2017/2018, p. 464).

Isso significa que não se podem excluir as percepções sociais e culturais dos alunos, bem como a linguagem que cada um faz uso nos momentos de interação, como, nas situações de comunicação no trabalho, na escola ou entre a família. A partir das diversas linguagens, é possível desenvolver um pensamento criativo, lógico e crítico, e, para isso, o documento no que se refere ao Ensino Médio está estruturado em quatro áreas do conhecimento ou itinerários formativos (Lei 13.415/2017), conforme estabelece a LDB, sendo elas: 1) Linguagens e suas Tecnologias, 2) Matemática e suas Tecnologias, 3) Ciências da Natureza e suas Tecnologias, e 4) Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Vejamos tal organização a seguir:

Figura 1. Áreas do conhecimento estruturadas na BNCC

Fonte: BRASIL, 2017/2018, p. 468.

Essa divisão em Competências mais gerais tem por objetivo legitimar o “protagonismo juvenil, uma vez que prevê a oferta de variados itinerários formativos para atender à multiplicidade de interesses dos estudantes: o aprofundamento acadêmico e a formação técnica profissional” (BRASIL, 2017, p. 467). Além disso, os itinerários ou área do conhecimento, tem o objetivo de “integrar dois ou mais componentes do currículo, para melhor compreender e transformar uma realidade complexa” (BRASIL, 2017, p. 469). No que se refere à área Linguagem e suas tecnologias, busca-se ampliar e reconhecer as aprendizagens estabelecidas na BNCC do Ensino Fundamental nos componentes Língua Portuguesa. Para tanto, sua ênfase

está na ampliação da autonomia, do protagonismo e da autoria nas práticas de diferentes linguagens; na identificação e na crítica aos diferentes usos das linguagens, explicitando seu poder no estabelecimento de relações; na apreciação e na participação em diversas manifestações artísticas e culturais e no uso criativo das diversas mídias. (BRASIL, 2017, p. 470).

Com isso, o alunado terá conhecimento de que a linguagem é diversificada porque compreende todos os tipos de expressão artística, corporal e linguística. A partir dessas colocações, na área de Linguagens e suas Tecnologias são propostas sete competências específicas em diálogo com as competências gerais da Educação Básica e com as da área de Linguagens do Ensino Fundamental, sendo elas:

Quadro 02. Competências específicas de linguagens e suas tecnologias para o ensino médio**COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS PARA O ENSINO MÉDIO**

1. Compreender o funcionamento das diferentes linguagens e práticas (artísticas, corporais e verbais) e mobilizar esses conhecimentos na recepção e produção de discursos nos diferentes campos de atuação social e nas diversas mídias, para ampliar as formas de participação social, o entendimento e as possibilidades de explicação e interpretação crítica da realidade e para continuar aprendendo.
2. Compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem, respeitar as diversidades, a pluralidade de ideias e posições e atuar socialmente com base em princípios e valores assentados na democracia, na igualdade e nos Direitos Humanos, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, e combatendo preconceitos de qualquer natureza.
3. Utilizar diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais) para exercer, com autonomia e colaboração, protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva, de forma crítica, criativa, ética e solidária, defendendo pontos de vista que respeitem o outro e promovam os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global.
4. Compreender as línguas como fenômeno (geo)político, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-as e vivenciando-as como formas de expressões identitárias, pessoais e coletivas, bem como respeitando as variedades linguísticas e agindo no enfrentamento de preconceitos de qualquer natureza.
5. Compreender os múltiplos aspectos que envolvem a produção de sentidos nas práticas sociais da cultura corporal de movimento, reconhecendo-as e vivenciando-as como formas de expressão de valores e identidades, em uma perspectiva democrática e de respeito à diversidade.
6. Apreciar esteticamente as mais diversas produções artísticas e culturais, considerando suas características locais, regionais e globais, e mobilizar seus conhecimentos sobre as linguagens artísticas para dar significado e (re)construir produções autorais individuais e coletivas, de maneira crítica e criativa, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.
7. Mobilizar práticas de linguagem no universo digital, considerando as dimensões técnicas, críticas, criativas, éticas e estéticas, para expandir as formas de produzir sentidos, de engajar-se em práticas autorais e coletivas, e de aprender a aprender nos campos da ciência, cultura, trabalho, informação e vida pessoal e coletiva

Fonte: BRASIL, 2017, p. 468.

Tais competências no componente curricular de Língua Portuguesa, foco de nossa investigação, busca aprofundar no Ensino Médio a análise sobre as “linguagens e seus funcionamentos, intensificando a perspectiva analítica e crítica da leitura, escuta e produção de textos verbais e multissemióticos¹⁰, e alargar as referências estéticas, éticas e políticas que cercam a produção e recepção de discursos [...]” (BRASIL, 2017, p. 490).

Notamos, dessa maneira, na incumbência conferida ao Ensino Médio uma atenção especial sobre a linguagem, uma vez que é defendida a importância de se trabalhar as práticas sociais que envolvem tal fenômeno. Nessas práticas vislumbramos um lugar especial para se trabalhar variações que compõe o fenômeno linguagem.

¹⁰ Essa abordagem compreende que: “Imagem e palavra mantêm uma relação cada vez mais próxima, cada vez mais integrada. Com o advento de novas tecnologias, com muita facilidade se criam novas imagens, novos layouts, bem como se divulgam tais criações para uma ampla audiência. Todos os recursos utilizados na construção dos gêneros textuais exercem uma função retórica na construção de sentidos dos textos. [...] Representação e imagens não são meramente formas de expressão para divulgação de informações, ou representações naturais, mas são, acima de tudo, textos especialmente construídos que revelam as nossas relações com a sociedade e com o que a sociedade representa” (DIONÍSIO, 2008, p. 132).

Desde os PCNs já se falava na relevância da linguagem, uma vez que é “uma forma de ação interindividual orientada para uma finalidade específica; um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes numa sociedade, nos distintos momentos de sua história” (BRASIL, 1997, p. 20). Considerando que os eixos de integração referendados para o Ensino Médio consistem nas práticas de linguagem consideradas no Ensino Fundamental (leitura, produção de textos, oralidade - escuta e produção oral - e análise linguística/semiótica), temos na BNCC:

a centralidade do texto como unidade de trabalho e as perspectivas enunciativo-discursivas na abordagem, de forma a sempre relacionar os textos a seus contextos de produção e o desenvolvimento de habilidades ao uso significativo da linguagem em atividades de leitura, escuta e produção de textos em várias mídias e semioses (BRASIL, 2017/2018, p. 67).

Desse modo, o professor de LP, com base nos textos e ferramentas tecnológicas, e suas múltiplas funcionalidades, terá de desenvolver aulas que façam os alunos refletirem “sobre os gêneros, sobre os textos, sobre a língua, sobre a norma-padrão, sobre as diferentes linguagens (semioses)” (BRASIL, 2017/2018, p. 67) para escolher a melhor possibilidade de uso conforme o contexto e os campos de atividades humanas que o discente estiver participando.

Mediante a isso, a BNCC trata sobre a importância de trabalhar a língua de sinais, a língua dos indígenas, bem como o “cânone, o marginal, o culto, o popular, a cultura de massa, a cultura das mídias, a cultura digital, as culturas infantis e juvenis, de forma a garantir uma ampliação de repertório e uma interação e trato com o diferente” (BRASIL, 2017/2018, p. 67). Nessa organização, tem-se um diálogo com a Linguística Aplicada e com a Sociolinguística.

O documento caminha entre ambas as áreas, já que ao eleger a relevância da linguagem como prática social, em contextos reais de uso, ela conversa com a LA, que é um campo *transdisciplinar* porque em seus ideais não dissocia a linguagem da vida social, considera as vozes do sujeito¹¹, sejam elas orais ou escritas, independentemente do contexto social (marginal, popular ou culto, cânone), como forma de construir um conhecimento maior e valorizar o que é desvalorizado. Consequentemente, relaciona-se também com a Sociolinguística Variacionista porque “fatores linguísticos e sociais

¹¹ Segundo Moita Lopes (2009, p. 21), esse sujeito considerado pela LA é um ser sem gênero, raças e sexualidade, no qual faz uso de uma linguagem que está sempre em construção principalmente no aspecto social.

(variáveis independentes) tendem a motivar a variação (variável dependente) e mudanças na língua em determinada Comunidade de Fala (CF)” (SILVA, 2017, p. 57).

Ao tratar do campo *leitura* a BNCC expõe diversas situações em que a linguagem se faz presente como nas práticas leitoras para refletir sobre os gêneros de discurso e a cultura digital, bem como ter compreensão dos efeitos de sentido provocados pelos usos de recursos linguísticos, pois cada situação possui sua própria prática de linguagem. No eixo *produção de textos* são apresentados vários tipos de produções que envolvem a prática de linguagem como forma de expressão escrita, oral ou multissemiótica, expondo a interação tanto individual quanto coletiva. Enquanto no eixo *oralidade* são trabalhadas as situações comunicativas baseadas em temáticas e outras dimensões linguísticas que são utilizadas nos diferentes campos de atuação.

O eixo *análise linguística/semiótica* considera as formas de escritas escolhidas que podem expressar efeitos de sentido variados, como a coesão e a coerência. Na oralidade tem-se o envolvimento de alguns elementos como o ritmo, altura, intensidade, clareza de articulação, variedade linguística adotada, conforme a situação de produção e o público alvo, ou seja, há de forma implícita as noções da Sociolinguística, pois o sujeito faz escolha de gestos, palavras, frases e estruturas para se expressar de acordo com o contexto de fala.

O que seria comum em todas essas manifestações de linguagem é que elas sempre expressam algum conteúdo ou emoção – narram, descrevem, subvertem, (re)criam, argumentam, produzem sensações etc. –, veiculam uma apreciação valorativa, organizando diferentes elementos e/ou graus/intensidades desses diferentes elementos, dentre outras possibilidades. (BRASIL, 2017/2018, p. 82).

Para tratar dos eixos aqui mencionados, são dispostos no guia os campos de atuação que nortearão os professores em suas aulas, uma vez que se leva em consideração toda prática de linguagem. Os “campos de atuação apontam para a importância da contextualização do conhecimento escolar, para a ideia de que essas práticas derivam de situações da vida social e, ao mesmo tempo, precisam ser situadas em contextos significativos para os estudantes” (BRASIL, 2017/2018, p. 84). Os campos de atuação social estabelecidos para situar as práticas de linguagem no Ensino Médio (que estão em consonância com os do Ensino Fundamental) estão apresentados da seguinte forma:

Quadro 03: Campos de atuação social

ENSINO FUNDAMENTAL		ENSINO MÉDIO
ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS	
Campo da vida cotidiana		Campo da vida pessoal
Campo artístico-literário	Campo artístico-literário	Campo artístico-literário
Campo das práticas de estudo e pesquisa	Campo das práticas de estudo e pesquisa	Campo das práticas de estudo e pesquisa
Campo da vida pública	Campo jornalístico-midiático	Campo jornalístico-midiático
	Campo de atuação na vida pública	Campo de atuação na vida pública

Fonte: BRASIL, 2017/2018, p. 493.

Esses campos foram criados para que o aluno possa com os eixos de leitura, de escrita, de oralidade e de análise linguística/semiótica em qualquer situação de comunicação, dentro e fora da escola, ser capaz de ver, ouvir, refletir e opinar sobre qualquer assunto, por intermédio da linguagem.

Toda essa discussão é tratada na área do Ensino Fundamental, anos iniciais e finais, porém, se estende ao Ensino Médio, haja vista que nessa fase as habilidades e as competências discutidas e aprendidas nas séries anteriores sobre as linguagens tornam-se pontos de reflexão e se consolidam. Segundo o documento, agora se torna prioridade a formação de um cidadão com vistas à prática acadêmica, profissional, pública, pessoal e cultural.

Na Base ressalta-se sempre a importância de se ter uma educação integral, isso significa que atualmente, o estudante lida com uma sociedade plural, que requer conhecimento de todas as formas. Assim, para o referido documento o desenvolvimento de habilidades de linguagem é necessário para:

Saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades. (BRASIL, 2017/2018, p. 14).

É, portanto, no Ensino Médio que a pluralidade de discursos¹² e sujeitos¹³ se reafirmam, pois nos anos finais da educação básica o estudante se vê diante de situações novas, que são necessárias para tomadas de decisão, uma vez que fora dos muros escolares se vê uma sociedade dinâmica e diversa. Assim, é preciso uma ressignificação na prática docente, no sentido possibilitar aos alunos um lugar de protagonismo de sua própria história, sendo críticos, criativos, autônomos e responsáveis. Desse modo:

[...] cabe às escolas de Ensino Médio proporcionar experiências e processos que lhes garantam as aprendizagens necessárias para a leitura da realidade, o enfrentamento dos novos desafios da contemporaneidade (sociais, econômicos e ambientais) e a tomadas de decisões éticas e fundamentadas (BRASIL, 2017/2018, p. 14).

Por fim, no Ensino Médio o estudante pode se tornar protagonista de seu aprendizado, porque ele colocará em ação as práticas de linguagens adquiridas ao longo da primeira e da segunda fase do ensino básico; ele terá em mãos um conjunto de palavras, frases, estruturas, imagens, sons, gestos e movimentos, aprendidos anteriormente e que agora serão validadas conforme os campos de atuação que faz parte.

3. A BNCC e o tratamento da variação linguística

Para que se promova um ambiente significativo de aprendizado, é necessário que o professor, durante as aulas, considere o contexto do seu aluno sem excluir as outras formas de fala ou tratá-la como ‘erro’ gramatical caso o aconteça¹⁴. Sobre considerar o contexto social na prática pedagógica, Kleiman (2008) assinala que a organização do ensino (da língua oral e escrita) circunscrito na prática social é um mecanismo de “didatização que, na nossa experiência, tem se mostrado eficiente e relevante na formação de professores, fornecendo um modelo que pode, depois, ser recontextualizado pelo professor na sua esfera de atividade, do ensino escolar” (KLEIMAN, 2008, p. 508).

¹²Na perspectiva de Bakhtin (2006): “[...] o discurso só pode existir de fato na forma de enunciações concretas de determinados falantes, sujeitos do discurso. O discurso sempre está fundido em forma de enunciado pertencente a um determinado sujeito do discurso, e fora dessa forma não pode existir” (BAKHTIN, 2006, p.274).

¹³ Compreendemos que “[...] o sujeito concebido por Bakhtin não é autônomo nem criador de sua própria linguagem; ao contrário, ele se constitui na relação com outros indivíduos, que é atravessada por diferentes usos da linguagem, de acordo com a esfera social na qual o sujeito se inscreve” (SEVERO, 2008, p. 58).

¹⁴ Exemplo: o aluno pode pronunciar “mininu”, “fôscuru” ou “poblema”, que representam variações fônicas, mas são comuns em seu meio social, provavelmente porque os pais falam assim e não tiveram estudos, entre outros fatores.

Pensando nisso, a BNCC promulgou em seu texto as habilidades de Língua Portuguesa sem indicação de seriação, pois “permite orientar possíveis progressões na definição anual dos currículos e das propostas pedagógicas de cada escola” (BRASIL, 2017/2018, p. 485). Dentre as competências mencionadas na Base, encontra-se a competência específica de número 04, na qual aborda sobre a importância de o estudante conhecer e compreender a heterogeneidade de uma língua.

Compreender as línguas como fenômeno (geo) político, histórico, cultural, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo suas variedades e vivenciando-as como formas de expressões identitárias, pessoais e coletivas, bem como agindo no enfrentamento de preconceitos de qualquer natureza. (BRASIL, 2017/2018, p. 494).

Na referida competência, notamos uma preocupação do documento em possibilitar que o estudante compreenda que a língua é marcada por “variedades de registros, dialetos, idioletos, estilizações e usos” (BRASIL, 2017/2018, p. 495), ou seja, os fenômenos da variação linguística, com isso saberá utilizar o discurso adequado para cada situação comunicativa respeitando as diferenças linguísticas, sem alimentar o preconceito linguístico. Para tanto, a BNCC disponibiliza habilidades cujo professor precisa conhecer e desenvolver em suas aulas.

Quadro 04- Habilidades para Língua Portuguesa propostas na BNCC

HABILIDADES
(EM13LGG401) Analisar criticamente textos de modo a compreender e caracterizar as línguas como fenômeno (geo)político, histórico, social, cultural, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso.
(EM13LGG402) Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de língua adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso, respeitando os usos das línguas por esse(s) interlocutor(es) e sem preconceito linguístico.
(EM13LGG403) Fazer uso do inglês como língua de comunicação global, levando em conta a multiplicidade e variedade de usos, usuários e funções dessa língua no mundo contemporâneo.

Fonte: Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017/2018, p. 494).

O professor pode trabalhar a primeira habilidade por meio de textos, como forma de possibilitar que seu aluno reflita sobre as diversas formas de linguagem que são disponibilizadas. Sobre a segunda habilidade, a partir da compreensão, o estudante poderá fazer uso das variedades linguísticas conforme o contexto de comunicação, o interlocutor e ao gênero do discurso sem dispor do preconceito linguístico. Uma forma de se trabalhar

as habilidades anteriores é discutir com o aluno as variações linguísticas evidenciadas em diferentes regiões brasileiras (variação diatópica); para isso, o professor pode questionar os próprios alunos sobre essas percepções, quais os locais de nascimento de seus pais, de seus avós. Nesse sentido, também se trabalhará com a variação diageracional, a variação por idade do falante.

Em conformidade com o documento, há inclusive um norte detalhado de como trabalhar as três habilidades presentes no quadro, bem como os resultados:

[...] os estudantes de Ensino Médio precisam analisar e compreender as circunstâncias sociais, históricas e ideológicas em que se dão diversas práticas e discursos. Isso significa interpretar de modo contextualizado tanto produções artísticas (uma pintura como Guernica, um romance como Macunaíma, uma obra literária como Terra sonâmbula, uma peça musical para coro e orquestra como Choros nº 10 ou uma canção como O bêbado e a equilibrista, um espetáculo de dança como Gira em suas relações com a música do Metá Metá etc.) quanto textos de outros campos (o remix político George Bush/Imagine, determinado projeto de lei, uma notícia acompanhada de artigos de opinião em algum veículo jornalístico, entre muitos outros exemplos). Desse modo, os estudantes poderão compreender a pluralidade dos discursos e produzi-los de maneira posicionada – valorizando e respeitando as individualidades, as diferenças de ideias e posições e pautando-se por valores democráticos –, e também atuar de forma reflexiva, cooperativa e empática, sem preconceitos e buscando estabelecer o diálogo. (BRASIL, 2017/2018, p. 492).

As competências e habilidades são tratadas na Base conforme os cinco campos de atuação social e no que concerne a variação linguística discute-se sobre no campo *das práticas de estudo e pesquisa*, uma vez que:

No Ensino Médio, aprofundam-se também a análise e a reflexão sobre a língua, no que diz respeito à contraposição entre uma perspectiva prescritiva única, que segue os moldes da abordagem tradicional da gramática, e a perspectiva de descrição de vários usos da língua. Ainda que continue em jogo a aprendizagem da norma-padrão, em função de situações e gêneros que a requeiram, outras variedades devem ter espaço e devem ser legitimadas. (BRASIL, 2017/2018, p. 504).

Nas páginas seguintes, do documento, são expostos, de forma resumida, como todos os campos de atuação social devem ser trabalhados durante as aulas, definindo em quais práticas o professor pode abordar os temas do Ensino Médio. As práticas mencionadas são o uso de leitura, escuta, produção de textos (orais, escritos, multissemióticos) e análise linguística/semiótica, na qual o professor terá possibilidades de como desenvolver as habilidades. Além de apresentar as práticas e habilidades, as competências específicas são identificadas por números usados na descrição em páginas anteriores. Logo, a disposição do resumo ficou da seguinte maneira:

Quadro 05. Habilidades para Língua Portuguesa da BNCC

TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO SOCIAL	
PRÁTICAS Leitura, escuta, produção de textos (orais, escritos, multissemióticos) e análise linguística/semiótica	
Habilidades	Competências específicas
(EM13LP10) Analisar o fenômeno da variação linguística, em seus diferentes níveis (variações fonético-fonológica, lexical, sintática, semântica e estilístico-pragmática) e em suas diferentes dimensões (regional, histórica, social, situacional, ocupacional, etária etc.), de forma a ampliar a compreensão sobre a natureza viva e dinâmica da língua e sobre o fenômeno da constituição de variedades linguísticas de prestígio e estigmatizadas, e a fundamentar o respeito às variedades linguísticas e o combate a preconceitos linguísticos.	4

Fonte: Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017/2018, p. 508).

Perante o Quadro 05, observamos que nas habilidades a BNCC orienta os educadores a trabalhar nas aulas de Língua Portuguesa o fenômeno da variação linguística e todos os seus campos: variação fonético-fonológico, lexical, sintática, semântica conforme as variáveis sociais: sexo, idade, escolaridade, local, social, entre outras. O objetivo é fazer o aluno refletir sobre a dinamicidade da língua, em que se encontram as variedades de prestígios e a estigmatizadas, pois assim haverá respeito e menos preconceito linguístico. Notamos que as habilidades a serem trabalhadas fazem parte da competência específica de número 04, isto é, a que trata da variação linguística.

Espera-se como resultados de se trabalhar no Ensino Médio tais habilidades e a competência de número 04, dentro da disciplina de LP, que os alunos compreendam a funcionalidade da língua, uma vez que ela é heterogênea e a sala de aula é um exemplo vivo de diversidade linguística. Para isso, é preciso lançar mão de recursos textuais e situações sociocomunicativas (redes sociais como Facebook, Instagram e Whatsapp, jogos e o próprio discurso do aluno) vivenciadas pelo educando para fazê-los entender os fenômenos da variação e da diversidade linguística, sem preconceitos.

Dessa forma, o discente estará preparado e saberá escolher o discurso de fala que melhor lhe convier no momento de interação com outras pessoas, tanto dentro quanto fora das salas de aula. Além disso, o aluno não sentirá dificuldades em compreender outras formas de discursos, os falares que imperam dentro do território brasileiro, pois será um sujeito constituído de reflexão linguística, o que pode ajudar na sua vida pessoal e profissional.

Considerações Finais

A sala de aula constitui-se como espaço em que as relações sociais ocorrem entre sujeitos de diferentes regiões, idades, classes sociais, gênero e culturas, fatores sociais que estão explícitos e implícitos nos atos de fala, evidenciando a variação linguística do país.

Mediante a heterogeneidade do Brasil e a sede por mudanças no campo educacional, o Ministério da Educação lançou em 1997 um documento nomeado por Parâmetros Nacionais Curriculares – os PCN. Posteriormente, em 2017/2018, o Governo Federal divulgou um novo guia educacional, cujo texto foi formulado conforme diferentes vertentes teóricas, incluindo as premissas da Linguística Aplicada e da Sociolinguística, a Base Nacional Comum Curricular.

A BNCC, dessa forma, orienta em seu texto que as aulas de Língua Portuguesa, no Ensino Médio, sejam ministradas pensando na variação linguística que existe em qualquer comunidade linguística, pois assim o estudante poderá entender que uma língua é marcada por formas diferentes de se falar. Dessa forma, o aluno saberá utilizar o discurso adequado para cada situação comunicativa, respeitando as diferenças linguísticas sem alimentar o preconceito linguístico.

A proposta indicada na BNCC, utilizando os gêneros textuais, a cultura digital, a escrita, a oralidade, a leitura, a escuta, a produção de textos (orais, escritos, multissemióticos) e a análise linguística/semiótica permite ao professor trabalhar a variação linguística dentro da sala de aula e fazer o aluno ter conhecimento de que o Brasil é um país multivarietal. Assim, ele se tornará reflexivo sobre as práticas de linguagem e conseguirá escolher o discurso mais coerente com a situação comunicativa em que ele estiver inserido.

Portanto, com esse novo documento que orienta as Secretarias de Educação e, por consequência, as escolas, será possível ter uma equidade e qualidade educacional sobre a qual as singularidades serão consideradas e atendidas. Logo, o preconceito linguístico existente atualmente em muitas escolas poderá ser diminuído.

Referências

- ALVES, J. J.; LIMA, M. G. de; SAMPAIO, M. L. P. *A Abordagem da Variação Linguística no Livro Didático de Língua Portuguesa*. Campina Grande. REALIZE Editora. 2012. 1-14.
- ASSIS, A. S. de; LUQUETTI, E. C. F. *O Ensino Da Variação Linguística E O Livro Didático: O Processo De Ensino-Aprendizagem Da Língua Materna Na Educação Básica*. 2014. Disponível em: <http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wp-content/uploads/2014/11/1367.pdf>. Acesso em 10 agos. 2020.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006a, p. 261-306 [1952-1953].
- BAGNO, M. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 31 ed. São Paulo: Edições Loyla, 2004.
- BATISTA-SANTOS, D. O; SANTOS, D. F. dos. *O ensino de língua portuguesa na perspectiva do professor: que gramática devemos ensinar?* Eutomia, Recife, 23(1): 45-68, jul. 2019.
- BRASIL, Ministério da Educação (MEC). *Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa. Secretaria de Educação Fundamental*. – Brasília, 1997.
- BRASIL, Ministério da Educação (MEC). *Base Nacional Comum Curricular. Educação é a Base*. Brasília, 2017/2018.
- FARACO, C. A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- GERALDI, J. W. *Linguagem e ensino*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 1996.
- GERALDI, J.W. O ensino de língua portuguesa e a Base Nacional Comum Curricular. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 9, n. 17, p. 381-396, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em 17 de fev. de 2020.
- KLEIMAN, A. B. Os estudos de letramento e a formação do professor de língua materna. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, v. 8, n. 3, p. 487-517, set./dez. 2008.
- KLEIMAN, A. B. Agenda de pesquisa e ação em Linguística Aplicada: problematizações. In: MOITA LOPES, L. P. da. (Org.) *Linguística Aplicada na modernidade recente: Festschrift para Antonieta Celani*. São Paulo: Parábola, 2013, p. 39-58.
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Trad. de M. Bagno; M. M. P. Scherre; C. R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

MELO, T. B. de; SANTOS, M. E. P. *A Variação Linguística nos Livros Didáticos de Língua Portuguesa (5ª à 8ª séries): Conceitos e Preconceitos. Ideação*, v. 12, n. 2. 2010. p. 143-154.

MOITA LOPES, L. P. da. (Org.) *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MOITA LOPES, L. P. da. *Da aplicação de Linguística à Linguística Aplicada Indisciplinar*. In: Regina Celi Mendes Pereira; Maria del Pilar Roca (orgs.). *Linguística Aplicada*. São Paulo: Contexto, 2009. p.11-24.

SEVERO, C. G. Sobre o sujeito na perspectiva (do Círculo) de Bakhtin. *Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades*. V. VII, N. XXV, 2008.

SILVA, I. da. *A Variação da Segunda Pessoa do Singular na Fala Popular – uma proposta Sociolinguística e Dialeológica para demarcar a língua em uso. Web-Revista SOCIODIALETO – NUPESDD / LALIMU*, v. 7, nº 20, nov. - fev. /2017. 54-83. Disponível em: <http://sociodialeto.com.br/index.php/sociodialeto/issue/view/1>. Acesso em 22 de fev. de 2020.